

Currículo (des)integrado? Desafios e perspectivas da educação física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – campus Princesa Isabel

Nerijane de Almeida Monteiro

IFRN, Macau-RN

Emmanuelle Arnaud Almeida

IFPB, João Pessoa-PB

DOI: [10.47573/aya.5379.2.68.29](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.68.29)

RESUMO

O presente estudo buscou compreender o papel do componente curricular Educação Física no contexto do Ensino médio integrado mediante análise dos Planos de Ensino dos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba/IFPB, Campus Princesa Isabel e da realização de entrevistas com os docentes que lecionaram no Campus durante os seus dez anos de funcionamento. Constitui-se de uma pesquisa qualitativa, aplicada, que relaciona os planos de ensino à educação, em especial, a Educação Física, no contexto da Educação Profissional atrelada a ideia do trabalho como princípio educativo e da concepção de formação humana integral, apoiado nas discussões de autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006); Pacheco (2015), Moura (2013), entre outros. Através da reflexão suscitada pelo debate teórico entre os autores, a análise de conteúdo dos planos de ensino e da fala dos docentes, é possível perceber que tais documentos foram criados com o objetivo de alinhar-se ao discurso de formação humana integral defendido pelo projeto político pedagógico do IFPB e que se trata de uma proposta crítica para o ensino da Educação Física, mas que ainda não supera a proposta pedagógica esportivista, que se contrapõe a ideia de ensino integrado, os docentes também revelaram não fazer uso efetivo dos documentos por considerarem desatualizados e entenderem a necessidade de uma reorganização da proposta curricular posta nos documentos institucionais.

Palavras-chave: ensino médio integrado. instituto federal. educação física. currículo.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) foram criados a partir de 2003, marcando um processo de transformação na forma de enxergar a Educação Profissional, indo além da visão reducionista de apenas habilitar o aluno para o mundo do trabalho. Busca-se, portanto, dentro dos Institutos Federais, ofertar um modelo de formação integral do ser humano. Entende-se a educação integral como uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, tendo como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo (FONTE, 2001).

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório, também deve estar comprometida com esse modelo de formação integral. As aulas deste componente, por muito tempo, priorizaram apenas o condicionamento do corpo, que deveria ser forte e saudável para estar apto a atender às demandas do mundo do trabalho. O termo trabalho, aqui, é compreendido como atividade humana e os espaços em que essas relações acontecem, ambientes, conflitos, relações de poder e subordinação. De acordo com Figaro (2008), o mundo do trabalho configura-se como o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade.

Ainda muito se questiona se a Educação Física, enquanto disciplina, já assumiu seu papel na busca por uma formação integral, ou se a mesma ainda se presta a reproduzir modelos e

ideologias que, historicamente, têm se mostrado alinhadas às práticas quase sempre vinculadas a ordenamentos da prescrição curricular, as quais respondem a interesses de grupos políticos e econômicos (MARQUES, 2000).

Até o início da década de 1980, as aulas de Educação Física eram pensadas como ferramentas que possibilitariam alcançar objetivos bem específicos, como a preparação do corpo para o trabalho, na construção do corpo saudável, na construção de espírito nacionalista, no combate a vícios e no desenvolvimento da moral, da auto iniciativa, da pro atividade, da competitividade, entre outros (BETTI, 1991; BOSCATTO, 2017).

De acordo com Caparróz (2007), a década de 1980 trouxe o surgimento de concepções e práticas libertadoras, retirando do foco central da Educação Física as necessidades dos setores produtivos e colocando o ser humano em primeiro plano – época identificada por alguns estudiosos como período de crise de identidade da Educação Física (BRACHT, 1997, 1999, 2003; MOREIRA, 1999; PALMA *et al.*, 2010). A partir desse momento de crise epistemológica, despontam novas proposições pedagógicas para a Educação Física centradas na formação do ser humano de modo integral, por meio da exploração da cultura corporal de movimento. Pode-se compreender a cultura corporal de movimento como o conjunto de conhecimentos e manifestações corporais que se transformam ao longo do tempo.

Dentro desse universo de produções da cultura corporal de movimento, algumas foram incorporadas pela Educação Física como objetos de ação e reflexão: os jogos e brincadeiras, os esportes, as danças, as ginásticas e as lutas, que têm em comum a representação corporal de diversos aspectos da cultura humana (BRASIL, 1998). O surgimento dessas produções teóricas veio a subsidiar a elaboração de diversos documentos curriculares nacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e governamentais (CARNEIRO; ASSIS; BRONZATTO, 2016).

Para Fonte (2001), apesar das muitas reflexões e surgimento de novas concepções teóricas acerca da Educação Física enquanto componente curricular, ainda existe uma resistência, no âmbito escolar, de uma consistência didática e de experiências na prática pedagógica que representem e considerem o pensamento teórico produzido ao longo dos últimos anos. A estruturação das aulas pautadas unicamente no modelo esportivista, segundo Molina Neto (1998), contribui para que a Educação Física seja identificada especificamente pelo fazer, sem levar em consideração as demais possibilidades pedagógicas da área.

Darido (2005) defende a construção de um currículo, no qual esteja incluído um conjunto de princípios de sistematização, uma ordem lógica de conteúdos diversificados e aprofundados, respeitando a singularidade de cada comunidade onde a escola está inserida. A sistematização curricular da Educação Física traria diversos benefícios aos professores e alunos, desconstruindo a ideia de uma disciplina descontextualizada da realidade e que não atende a critérios de planejamento pedagógico e estruturação didática. Compreender como vem sendo desenvolvida a Educação Física e qual é o sentido dessa prática pedagógica para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica são questões inerentes a este estudo, que busca refletir sobre: qual é o diálogo do componente curricular Educação Física vivenciado pelo IFPB Campus Princesa Isabel com o currículo integrado da Educação Profissional? Como os docentes escolhem os conteúdos a serem trabalhados diante da gama de possibilidades que a Educação Física oferece? A partir desses pressupostos, faz-se necessária uma reflexão sobre as possibilidades e os desafios da Educação Física no Instituto Federal da

Paraíba (IFPB), Campus Princesa Isabel, de como este componente curricular tem se configurado nesse contexto de Educação Profissional.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar de que modo a concepção de currículo integrado à Educação Profissional está incorporada na estruturação pedagógica e curricular da disciplina Educação Física no âmbito do IFPB, Campus Princesa Isabel. E como objetivos específicos analisar a organização do componente curricular Educação Física nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ofertados pelo IFPB, Campus Princesa Isabel; e compreender como os professores que lecionaram a disciplina Educação Física no Campus Princesa Isabel desde a implantação do dele, em 2010, até o ano de 2020, desenvolvem esse componente curricular em seus contextos de ensino.

O currículo da Educação Física no contexto da Educação Profissional

As transformações advindas da crise de identidade vivida pela Educação Física na década de 80, ampliaram a visão acerca da natureza da área, que antes era uma visão puramente biológica, reavaliando e enfatizando dimensões psicológicas, cognitivas, sociais e afetivas, concebendo o aluno como um ser humano integral. Trouxe transformação também em relação aos objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos, abarcando objetivos educacionais mais amplos, conteúdos diversificados e pressupostos pedagógicos mais humanos, ao invés de puro adestramento, formação do físico, exercícios e esporte (SIMÕES *et al*, 2010).

Coexistem, na Educação Física, diversas abordagens teóricas que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional, que, por muito tempo, foi embutido nos esportes. Neste estudo, escolheu-se como suporte teórico os fundamentos defendidos pelas abordagens pedagógicas críticas (Crítico-Emancipatória e a Crítico-Superadora). As abordagens críticas sugerem que os conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física devem propiciar a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora. Nessa visão, a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata do conhecimento denominado cultura corporal, que tem como temas o jogo, a brincadeira, a ginástica, a dança, o esporte, apresentando relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos (DARIDO; RANGEL, 2005). A partir desse novo olhar da Educação Física acerca de sua finalidade enquanto componente curricular instituído e da necessidade de ressignificação da prática pedagógica voltada para a formação do ser integral, passaremos a discutir a seguir sobre sua configuração no contexto da Educação Profissional.

Para muitos estudantes o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional caracteriza-se como uma fase de transição e inserção no mundo do trabalho, sendo enxergado como uma possibilidade de enfrentar o sistema social injusto, pois possibilita ao jovem uma formação profissional e posterior ingresso no mundo do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu art. nº 35, descreve as seguintes finalidades para o Ensino Médio: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos, a preparação para o trabalho, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, o aprimoramento do educando como pessoa humana, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e o exercício da cidadania. Ou seja, espera-se que, ao final desta etapa de ensino, o aluno esteja apto tanto para o trabalho quanto para prosseguir seus estudos, porém, é importante refletir, diante da qualidade de en-

sino que é ofertado, especialmente na rede pública, se tais objetivos estão sendo alcançados. Frigotto (2012) associa a educação profissional ao Ensino Médio Integrado, atribuindo a este a seguinte função social:

[...] construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade, e consequentemente uma democracia e cidadania substantivas, de forma que, ao mesmo tempo, responda aos imperativos das novas bases técnicas da produção, preparando para o trabalho complexo (FRIGOTTO, 2012, p. 73).

Os documentos norteadores, como as Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica, seguem o mesmo pressuposto de educação para a formação integral do cidadão defendido por Frigotto (2012). Assim, o Ensino Médio Integrado deve superar “[...] o dualismo entre propedêutico e profissional. Importa que se configure um modelo que ganhe uma identidade unitária para esta etapa e que assuma formas diversas e contextualizadas da realidade brasileira” (BRASIL, 2013, p. 214). Nesse caso, o ensino de caráter propedêutico deve ser desenvolvido de forma articulada com a formação profissional, numa perspectiva de integração entre os conhecimentos relacionados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura. Com isso, os saberes historicamente produzidos devem ser sistematizados pelos diferentes componentes curriculares, de forma a atender às necessidades contemporâneas exigidas na formação para o exercício da cidadania e da atuação profissional.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43) entendem que “o Ensino Médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade”. Nessa perspectiva de ensino, entende-se o trabalho como princípio educativo. Princípio este que considera o homem em sua totalidade histórica, e a articulação entre trabalho manual e intelectual a partir do processo produtivo contemporâneo, com todas as contradições daí decorrentes para os processos de formação humana no e para o trabalho.

Desse modo, é atribuição da Educação Física, enquanto componente curricular, discutir, refletir e ressignificar a linguagem corporal por meio de suas práticas de ensino (BOSCATTO, 2008). A Educação Física assume juntamente com os demais componentes curriculares uma das funções sociais da escola, isto é: “[...] introduzir os alunos no mundo sociocultural que a humanidade tem construído, com o objetivo de que eles possam incluir-se no projeto, sempre renovado, da reconstrução desse mundo” (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009, p. 21). Faz-se importante que a Educação Física, enquanto componente curricular, assuma seu papel na construção de um modelo de educação emancipatória, para também se consolidar como disciplina formadora do aluno trabalhador (PARANÁ, 2005).

PERCURSO METODOLÓGICO: DESCREVENDO A PESQUISA

A pesquisa apresentada caracteriza-se como aplicada, exploratória, de abordagem qualitativa. Caracteriza-se também como estudo de caso, partindo do pressuposto de que se trata do caso específico da organização curricular do IFPB, Campus Princesa Isabel.

O trabalho foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Princesa Isabel. No contexto do IFPB, a disciplina de Educação Física integra parte da matriz curricular identificada como base geral dos cursos técnicos integrados, in-

serindo-se na área de linguagens e códigos, com uma carga horária de 80 horas-aula (hora-aula = 50 minutos) para cada ano, lecionada em duas aulas semanais, que, dependendo do campus, podem ser concentradas no mesmo dia, uma após a outra, ou não.

O universo da pesquisa é composto pelos docentes da disciplina Educação Física do IFPB, Campus Princesa Isabel, com uma amostra constituída por quatro professores que lecionaram a disciplina Educação Física no Ensino Médio Integrado dos cursos do IFPB, Campus Princesa Isabel desde sua implantação, em 2010, até o ano de 2020.

Visando proporcionar à pesquisa uma análise rica em elementos que elucidem o fenômeno a ser estudado, foram utilizadas as seguintes estratégias de coleta de dados:

a) pesquisa documental acerca dos documentos oficiais que regem a Educação Física no âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e, em especial, os que direcionam as atividades no âmbito do IFPB (projeto político-pedagógico, PPCs dos cursos técnicos integrados, ementas da disciplina Educação Física, planejamentos e materiais didáticos confeccionados pelos professores de Educação Física do Campus Princesa Isabel);

b) realização de entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado, junto aos docentes da disciplina Educação Física que lecionaram no Campus Princesa Isabel desde a implantação em 2010 até o ano de 2020. As entrevistas ocorreram durante o mês de julho de 2020, por meio de videochamadas no aplicativo WhatsApp (em virtude da pandemia de Covid-19, não foi possível a realização presencial desta etapa);

As estratégias de pesquisa privilegiaram o estabelecimento das seguintes categorias de análise: o objeto de ensino, os conteúdos de ensino, métodos de ensino e eficácia do ensino, todos voltados para o contexto da Educação Física no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A escolha das categorias de análise foi baseada em Libâneo (1994), que as entende como componentes do processo de ensino. Conceituaremos as categorias a seguir:

- O objeto trata daquilo que se entende como específico para a exploração da área de estudo. No caso da Educação Física, temos a cultura corporal de movimento como objeto. Os objetivos determinam, de antemão, os resultados esperados do processo entre o professor e o aluno e determinam também a gama de habilidades e hábitos a serem adquiridos.

- Já os conteúdos formam a base da instrução. Constituem o conjunto de conhecimentos sistematizados por cada componente curricular e que devem ser trabalhados ao longo da vida escolar dos discentes;

- O método, por sua vez, é a forma como estes objetivos e conteúdos serão ministrados na prática ao aluno.

- E a eficácia refere-se à avaliação do processo de ensino-aprendizagem por meio da concretização dos objetivos planejados.

Para Libâneo (1994), tais componentes precisam estar conectados, pois refletem diretamente o papel social da educação. Ele também defende que o papel da educação é democratizar o conhecimento, e cabe ao professor, mediante sua prática, a tarefa de organizar o processo

de ensino, a fim de buscar uma sociedade mais justa e menos desigual, por meio de um acesso ao conhecimento, de modo a atender não aos interesses dominantes, e sim promover igualdade social.

A análise documental constitui-se como mais um dos instrumentos para a obtenção de dados e informações empíricas e apresenta relevância especialmente na fase exploratória do estudo como possibilidade de triangulação junto aos outros instrumentos de coleta de dados, tais como as entrevistas, as observações, os questionários e os grupos focais (LUDKE; ANDRÉ, 2011).

Assim, no âmbito desta investigação, foram analisados documentos oficiais e técnicos. Na ordem dos documentos oficiais, incluem-se os documentos orientadores da Educação Básica, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (PCN) e Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já os documentos técnicos revisados foram o Projeto Político Institucional (PPI) do IFPB e o Projeto Político do Curso (PPC) e os Planos de Ensino (PE) da disciplina de Educação Física do Campus Princesa Isabel.

No roteiro da entrevista buscou-se relacionar as perguntas às categorias de análise supracitadas e seus respectivos indicadores, a fim de estabelecer uma correlação das respostas com os objetivos específicos propostos pelo estudo. As entrevistas realizadas buscaram identificar o perfil dos docentes do campus e compreender como estruturam a disciplina Educação Física durante sua prática pedagógica; qual a base teórica utilizada para a construção dos seus planos de aula e como elaboraram materiais para lecionarem; se realizam ou não adaptações para o contexto da Educação Profissional e as concepções de currículo integrado.

Faz-se importante salientar que esta pesquisa foi realizada após anuência da direção geral do IFPB, como também da aprovação do CEP, Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB, CAAE 30654920.5.0000.5185 (aprovado em 07/04/2021). Para a aplicação das entrevistas, todos os participantes receberam o termo de consentimento livre e esclarecido e foram informados dos objetivos do estudo, a fim de que contribuíssem de forma voluntária e consciente. Para a preservação das suas identidades, foram nomeados como docentes 1, 2, 3 e 4. Ainda, foi solicitada a autorização ao IFPB, Campus Princesa Isabel, para a realização da pesquisa e o acesso aos documentos analisados.

As informações colhidas por meio da análise documental e entrevistas foram tratadas pelo método de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que busca compreender o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (BARDIN, 2011).

A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFPB, CAMPUS PRINCESA ISABEL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é descrito, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profis-

sional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica (IFPB, 2014).

O IFPB, em sua proposta pedagógica, procura desmistificar o conceito dual de educação tecnológica fragmentada em formação geral e profissionalizante, desenvolvida numa visão restrita e pragmática do trabalho humano, dimensionado como ocupação, para que ultrapasse a preparação para o trabalho ou apenas para o desenvolvimento tecnológico (IFPB, 2011). Desta forma, a educação tecnológica deve ser compreendida como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, nas tendências e limites da realidade produtiva e social. Sua abordagem é dirigida para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões frente ao desenvolvimento tecnológico e suas repercussões sociais (IFPB, 2014).

Diante desse compromisso firmado no PDI da Instituição de buscar romper com a dualidade estrutural arraigada na sociedade, como também no Instituto, que objetiva ofertar uma educação integral, buscaremos agora identificar como se organiza o processo de ensino no IFPB. Centraremos nossa análise guiados pelas categorias descritas na metodologia e embasadas nas concepções de Libâneo (1994). Todos os documentos passaram por análise de conteúdo para identificar como as concepções teóricas da Educação Física influenciaram na elaboração desses PPCs, e a análise deu-se por meio das seguintes categorias: o objeto de ensino da EF; os conteúdos de ensino; métodos de ensino; eficácia do ensino.

Acerca da organização pedagógica no IFPB, o PDI 2015-2019 entende que o objetivo da Instituição é ofertar educação pública de qualidade, habilitando o estudante por intermédio de uma formação profissional, sem, portanto, deixar de dotá-lo de possibilidades de exploração do mundo de modo crítico, ofertando, assim, uma educação integral.

Quanto à seleção de conteúdos, o documento compreende que se trata de uma ação de natureza pedagógica e, sobretudo, política, pois é fruto de escolhas e “silenciamentos”, resultados de conflitos e lutas de poder, que vão além dos muros das instituições educacionais, sendo parte essencial da construção do currículo, com incumbência de concretizar um projeto de sociedade, por meio da formação de cidadãos e que espelha o posicionamento político da instituição. “Os conteúdos deverão ter sentido para a vida de estudantes concretos, pertencentes a determinado grupo social e considerar seus projetos de vida como um dos pontos de referência para as atividades educativas” (IFPB, 2014, p. 148).

No que se refere às práticas pedagógicas, o PDI sugere que deverão ser utilizadas metodologias dialógicas, inter e transdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos científicos que deverão estar relacionados às condições históricas e socioculturais dos estudantes, o que requer planejamentos sistemáticos e coletivos que contemplem todos os envolvidos no processo educacional da instituição. Isso se dá por meio de recursos didáticos diversificados e de avaliação processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à diversidade de níveis de estrutura cognitiva, resultado das diferentes condições de vida e de motivações dos estudantes (IFPB, 2014).

Segundo o PDI, a avaliação é um processo coletivo de reflexão, e não apenas a verificação de um resultado parcial de momentos de aprendizagem. A avaliação do processo ensi-

no-aprendizagem não pode se limitar à extensão quantitativa daquilo que é adquirido pelo estudante no processo, em detrimento da verificação de qualidade do que é ensinado e aprendido, tampouco limitar-se à vertente punitiva. Por isso, a avaliação buscará do aluno o desenvolvimento nas suas várias dimensões, ou seja, domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, capacidades motoras, a conduta, os conhecimentos e a capacidade intelectual do estudante (IFPB, 2014).

Nesse sentido, definem-se como Princípios dos Processos Avaliativos: avaliação diagnóstica e formativa; ênfase à qualidade e ao processo de aprendizagem, não limitando o olhar de quem avalia simplesmente aos conteúdos objetivamente mensuráveis; avaliação como instrumento de tomada de decisões; avaliação enquanto compromisso com ações que possam desencadear mudanças (IFPB, 2014).

Baseado nas premissas defendidas pelo PDI/PPP do IFPB, o Campus Princesa Isabel foi implantado no ano 2010, como continuidade da Fase II do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal. A referida instituição oferta à população os cursos subsequentes em Edificações e Manutenção e Suporte em Informática, o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, graduação tecnológica em Gestão ambiental e os cursos técnicos integrados em Edificações, Meio Ambiente e Informática.

Os primeiros PPCs dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB, Campus Princesa Isabel, datam do ano de 2011 (o campus entrou em funcionamento no ano de 2010), ofertando os cursos integrados em Edificações e Controle Ambiental. A partir de 2018, passou a ofertar o Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente e, em 2019, o Curso Técnico Integrado em Informática.

A seguir, analisaremos os Planos dos Cursos Técnicos Integrados ofertados pelo Campus Princesa Isabel, com enfoque na disciplina Educação Física, objeto de estudo desta pesquisa.

Foram analisados seis Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ofertados pelo IFPB, Campus Princesa Isabel. Tais documentos foram encontrados no site oficial do IFPB, na aba correspondente ao campus em pauta.

Os cursos técnicos Integrados em Edificações e Controle Ambiental iniciaram suas atividades em 2010 e tiveram seus primeiros PPCs elaborados em 2011. O de Controle Ambiental foi atualizado em 2014 e o de Edificações em 2016. Em 2017, foi elaborado o PPC do Curso de Meio Ambiente e, em 2019, o do Curso de Informática. Tais documentos incluem a disciplina Educação Física no rol dos componentes de formação geral, com carga horária distribuída, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Organização da disciplina Educação Física no IFPB, Campus Princesa Isabel

CURSO	EDIFICAÇÕES	EDIFICAÇÕES	CONTROLE AMBIENTAL	CONTROLE AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	INFORMÁTICA
ANO DO PPC	2011	2016	2011	2014	2017	2019
CARGA HORÁRIA EDUCAÇÃO FÍSICA	120h anuais	67h anuais	120h anuais	120h anuais	240h anuais	240h anuais
AULAS SEMANAIS	3 aulas	2 aulas	3 aulas	3 aulas	2 aulas	2 aulas
ANOS DE ENSINO	1° ao 3° ano do Ensino Médio					

Fonte: dados da pesquisa (2020) - Nota: informações dos PPCs dos Curso de Edificações (2011, 2016) e Controle Ambiental (2011, 2014), Meio Ambiente (2017), Informática (2018), IFPB, Campus Princesa Isabel.

Inicialmente, eram realizadas três aulas de Educação Física por semana, em horário inverso ao turno de estudo, e, após a atualização dos PPCs, os alunos passaram a ter dois encontros semanais com aulas incluídas no horário normal, divididos em momentos de aulas práticas e teóricas, sendo estas últimas predominantes, pois o campus não possuía quadra poliesportiva e nenhum outro espaço destinado à prática regular de atividades físicas.

Os PPCs estão agrupados porque, apesar do lapso temporal que os separa, em relação ao componente curricular Educação Física, trazem todos o mesmo texto no que se refere aos conteúdos a serem ensinados, metodologia e processos de avaliação.

Tal fato desperta a atenção, pois todos os PPCs deixam claro que o Currículo de seus cursos passará por avaliação a cada dois anos e poderá sofrer alterações. Mesmo diante de tais condições, o de Educação Física mantém-se inalterado desde 2010 até os dias atuais.

Todas as ementas da Disciplina Educação Física nos PPCs trazem os seguintes conteúdos para cada ano de ensino:

- 1º ano: Atividade física e inclusão social; noções básicas de fisiologia aplicada à atividade física; noções de elaboração de programas de treinamento; qualidades físicas para o esporte e para a saúde; vivência de atividades desportivas – modalidades individuais e coletivas;
- 2º ano: Atividades físicas e saúde; nutrição básica; musculação, mitos e tabus da atividade física; vivência de atividades desportivas – modalidades individuais e coletivas;
- 3ºano: Atividade física para o trabalho; noções de postura; alongamento e flexibilidade; vivência de atividades desportivas – modalidades individuais e coletivas (IFPB, 2011, 2014, 2016, 2018).

Apesar de os documentos referirem-se a cursos diferentes, com suas peculiaridades e de terem sido construídos em anos diferentes, os conteúdos de ensino são exatamente iguais. Após a análise, constata-se facilmente que os planos de ensino para a disciplina Educação Física são os mesmos para todos os cursos do Campus, levantando questionamentos acerca da existência ou não de reflexões acerca do componente ao longo dos anos e se os profissionais que passaram pelo campus durante esses dez anos apenas reproduziram o modelo posto. Não foram constatadas mudanças, por isso, pergunta-se: seria por comodismo, seria por concorda-

rem com o documento, ou simplesmente por não utilizarem o PPC como norteador da sua prática pedagógica?

Analisando a primeira categoria, Objeto de ensino, os PPCs não trazem nenhuma descrição de qual objeto de ensino está sendo considerado para a disciplina Educação Física. Observa-se que, em relação aos objetivos, os planos apresentam como objetivo geral da disciplina:

Contribuir para a formação do educando, enquanto ser consciente comprometido com seu contexto histórico, através da prática de atividade física e desportivas adaptadas a sua realidade biopsicossocial, onde a livre expressão e a participação efetiva, sejam elementos preponderantes no processo ensino-aprendizagem (IFPB, 2019, p. 48).

A seguir, especificaremos os objetivos específicos planejados para cada ano de ensino. Para o primeiro ano, os objetivos formulados são:

- Diferenciar atividade física, exercício físico, aptidão física, sedentarismo;
- Desenvolver o alongamento antes, durante e após as atividades físicas;
- Vivenciar atividades psicomotoras que possibilitam a redução de tensão psíquica, a regularização dos ritmos orgânicos, levando à descontração muscular e a uma correta atitude postural;
- Historiar a presença das principais modalidades esportivas nas Olimpíadas;
- Compreender as diferentes patologias advindas do uso abusivo ou incorreto das atividades físicas e do Esporte;
- Conscientizar o educando sobre os riscos do uso indiscriminado de esteroides ou anabolizantes como Promoção à Saúde continuada;
- Informar o educando acerca das Doenças Crônicas – Degenerativas, ou seja, obesidade, hipertensão, diabetes, etc.;
- Resgatar as principais atividades Folclóricas Brasileiras por meio da Dança como necessidade humana e cultura popular;
- Pesquisar e selecionar produtos característicos às Unidades em estudo;
- Confeccionar instrumentos de medidas de avaliação;
- Confeccionar maquetes referentes à modalidade;
- Produzir cardápio de baixa caloria para a prática de atividade física;
- Vivenciar as modalidades esportivas do futsal, atletismo e dança coreografada, como expressão corporal humana;
- Aprimorar as qualidades físicas, morais e psicomotoras do educando, mediante a prática de atividades físicas e desportivas de caráter recreativo e/ou competitivo do Futsal;
- Vivenciar atividades individuais e coletivas, como elemento de valorização do educando, enquanto ser social e criativo;
- Consolidar o estilo de vida saudável (IFPB, 2019, p. 48).

É clara a ênfase na promoção da saúde e qualidade de vida como carro chefe dos objetivos a serem trabalhados. Dos demais componentes da cultura corporal de movimento, apenas a dança é citada. Percebe-se também que alguns tópicos colocados como objetivos são, na verdade, uma espécie de metodologia de trabalho a ser desenvolvida, como a produção de maquetes que é citada. “Para trabalhar as modalidades esportivas os alunos construirão maquetes”. Na verdade, percebe-se aí uma certa confusão no que seria objetivo e o que seria metodologia de trabalho.

Para o segundo ano do Ensino Médio Integrado, são descritos os seguintes objetivos:

- Historiar as modalidades de Handebol, Ginástica Rítmica e Voleibol nos 3 níveis: PB, Brasil e Mundial;
- Vivenciar as modalidades esportivas do Handebol, RG e Voleibol;
- Desenvolver as capacidades físicas inerentes às modalidades das unidades;
- Organizar e realizar eventos esportivos;
- Identificar e corrigir patologias por meio de atividades físicas (Educação Física especial);
- Pesquisar o ensino do Handebol, GR e Voleibol nas escolas públicas circunvizinhas;
- Confeccionar aparelhos esportivos e de medidas de avaliação a partir de materiais alternativos;
- Sensibilizar a promoção à saúde dos educandos a partir de atividades práticas da Ginástica Laboral, Ginástica Localizada e aparelhos ergonômicos.
- Promover a integração dos menos habilidosos nos jogos competitivos ou recreativos;
- Estimular pesquisas no ramo da Educação Física, conforme as ABNT (IFPB, 2019, p. 51).

Para o segundo ano, o esporte é trazido como principal conteúdo e é explorado por meio de diferentes enfoques, como a contextualização histórica das modalidades, o que é de suma importância para que o aluno saiba a origem das modalidades, sua trajetória e significação, conforme sugere Medina (1993). Assim, pode-se compreender melhor a razão de aquele conteúdo fazer parte da sua formação e tecer conexões com sua realidade de vida. Foge-se do tradicional fazer por fazer, focado no rendimento e aprimoração dos gestos técnicos, possibilitando que o aluno apreenda o valor da modalidade e faça suas ressignificações.

A ginástica, um dos conteúdos da cultura corporal de movimento, é citada, porém, com um enfoque reduzido à promoção da saúde. Tal conteúdo é riquíssimo e oferece dezenas de possibilidades de trabalho. Ao reduzi-la, perde-se uma oportunidade valiosa de proporcionar aos alunos experiências corporais que fogem da tradicional ginástica comercial, explorada pela mídia, encaminhando-se para a vivência lúdica e fascinante do despertar do corpo.

O penúltimo objetivo específico nos chama bastante atenção, pois se propõe a promover a integração dos menos habilidosos nos jogos competitivos ou recreativos. Percebe-se ainda muito forte o discurso da performance e da habilidade permeando as práticas pedagógicas. A

aula de Educação Física é um direito de todos os alunos, sejam eles habilidosos ou não. A aula deve ser um espaço para que todos, sem exceção de nenhuma espécie, possam experimentar os conteúdos da cultura corporal de movimento. E, para isso, o professor deve organizar esse momento, a fim de que seja inclusivo, pensado para que todos possam sentir-se confortáveis. Não deveria existir essa seleção entre habilidosos e não habilidosos.

O objetivo mais compatível com a ideia de uma escola integradora em todos os sentidos seria propiciar aulas que estejam planejadas para incluir a todos. Aqueles que se destacam nos esportes podem ter seu momento reservado nas equipes de cada modalidade, que treinam com a finalidade de competir, obedecendo às regras fixadas por cada esporte. A aula de Educação Física não pode ser confundida como lugar para selecionar atletas e excluir os considerados sem aptidão. Esse tipo de prática só trouxe segregação para dentro das escolas, e, dentro de uma perspectiva de escola inclusiva, com viés integrador, não se pode mais naturalizar tais posturas.

Os objetivos elencados para o terceiro ano do Ensino Médio são:

- Orientar e repassar conhecimentos sobre as regras dos esportes coletivos e individuais olímpicos.
- Transmitir informações sobre as origens e características de cada uma das modalidades esportivas olímpicas e a importância de valorizá-las.
- Desenvolver e participar de atividades recreativas e culturais em grupo, para contribuir na formação social do cidadão.
- Conhecer e criar jogos que estimulem a prática dos jogos individuais e coletivos e a motivação dos alunos para o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, emocionais; da afetividade; da atitude de escolha e decisão; das possibilidades de ação;
- Construção coletiva de regras que trabalhem e resgatem os valores éticos, morais, sociais e éticos;
- Estudar as organizações técnico-táticas dos diferentes jogos, bem como criar formas de organização para os jogos;
- Realizar a reflexão necessária à percepção da sistematização do jogo (IFPB, 2019, p. 53).

De modo semelhante ao planejamento dos anos anteriores, o esporte continua como protagonista dentre os conteúdos e objetivos de trabalho. O jogo é citado, e percebe-se a intencionalidade de trabalhar as dimensões conceituais (refletindo acerca dos fatos, conceitos e princípios), atitudinais (abrangendo valores, atitudes e normas) e procedimentais (referentes a técnicas e métodos) por meio de tal conteúdo. Tais dimensões são defendidas pelos PCN e coadunam com a ideia de formação integral dos alunos (ZABALA, 2015).

No que concerne à categoria Conteúdos de ensino, os assuntos selecionados nos PPCs para desenvolver os objetivos formulados para cada ano de ensino estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Conteúdos da disciplina Educação Física por ano de ensino

Ano de Ensino	Conteúdos
1º ano	I UNIDADE: ATIVIDADE, EXERCÍCIO E APTIDÃO FÍSICA X SEDENTARISMO II UNIDADE: ATLETISMO E USO DE SUBSTÂNCIAS PROIBIDAS III UNIDADE: MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA DANÇA IV UNIDADE: FUTSAL E ALIMENTAÇÃO PARA O ESPORTE
2ºano	I UNIDADE: APERFEIÇOAMENTO DO HANDEBOL II UNIDADE: VOLEIBOL III UNIDADE: GINÁSTICA RÍTMICA (GR) IV UNIDADE: APRENDIZAGEM DA ERGONOMIA NA ESCOLA X RML
3º ano	I UNIDADE: APERFEIÇOAMENTO DO BASQUETEBOL II UNIDADE: GINÁSTICA LABORAL III UNIDADE: ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE IV UNIDADE: LUTAS

Fonte: (IFPB, 2019, p. 49)

Percebe-se a ênfase na promoção da saúde e nos esportes. Os demais componentes da cultura corporal raramente foram citados. Esse foco nos conteúdos relacionados à saúde é defendido por Nahas (1997), adaptado à ideia de que a função da Educação Física para o Ensino Médio deve ser a educação para um estilo de vida ativo. O objetivo é ensinar os conceitos básicos da relação atividade física, aptidão física e saúde, além de proporcionar vivências diversificadas, levando os alunos a escolherem um estilo de vida mais ativo. O autor ainda observa que esta perspectiva procura atender a todos os alunos, principalmente aos que mais necessitam: sedentários, com baixa aptidão física, obesos e portadores de deficiências. Neste sentido, foge do modelo tradicional que privilegiava apenas os mais aptos e que não atendia às diferenças individuais. Palma (2001) entende que o campo da Saúde Pública deveria requerer um pensamento além do biológico, pois os problemas de saúde existentes em todo o mundo estão relacionados às desigualdades sociais e aos problemas fundamentais da distribuição da riqueza.

Os modelos esportivistas e as tendências relacionadas à promoção de saúde ainda predominam enquanto conteúdo das aulas no IFPB, Campus Princesa Isabel, o que, de acordo com Molina Neto (1998), contribui para que a Educação Física seja identificada especificamente pelo fazer. Estudos realizados no contexto do Ensino Médio integrado à EPT (RESENDE, 2009; SAMPAIO, 2010; SILVA, 2014; MOLINA NETO, 2016) apontaram a predominância do trabalho pedagógico voltado para o esporte e a promoção de saúde, apesar dos avanços nas perspectivas teóricas desenvolvidas na área.

Comungamos com as ideias de Lima (2012) no sentido de que, no Ensino Médio, a Educação Física necessita estabelecer outros objetivos além do ensino de esportes, pois existe uma diversidade de conteúdos significativos para a realidade e a expectativa dos alunos que podem ser trabalhados por meio de atividades mais relacionadas aos seus interesses, promovendo aprendizagens mais efetivas, que possibilitem o despertar da consciência crítica, favorecendo o pensamento e o debate (LIMA; LIMA, 2012).

Acerca da categoria de análise Metodologia de ensino, os PPCs trazem orientações gerais, comuns a todos os componentes curriculares:

Embasada nos estudiosos da educação —Integrall a Proposta Curricular para o Ensino Integrado contemplará uma metodologia formadora, fundada na —pedagogia do trabalho, identificada como a possibilidade de conduzir o aluno a compreender que mais do que dominar conteúdos, deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, balizados pelos eixos curriculares trabalho, ciência e cultura, bem como por um percurso metodológico que abarque a problematização, a teorização, a formulação de hipóteses e a intervenção na realidade (IFPB, 2014, p. 32).

Os PPCs sugerem que a integração do currículo se dê concebendo o educando como o sujeito capaz de se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora. Para o Componente Educação Física sugere a utilização das seguintes metodologias de ensino: aulas expositivas e dialogadas; utilização de recursos audiovisuais e atividades que incluem: leituras, discussões de textos, pesquisas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, dinâmicas de grupos. Percebe-se uma preocupação em diversificar as formas de trabalho junto ao aluno, a fim de tornar o conhecimento mais atrativo e o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico.

Apesar de a integração com outras disciplinas ser citada nos procedimentos metodológicos descritos no PPC, quando se analisam as estratégias metodológicas escolhidas para a área de Educação Física, não fica clara a realização de trabalhos integrados a outros componentes. A Educação Física precisa se aproximar dos demais componentes curriculares e, com eles, compartilhar a tarefa de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, com olhar crítico para o mundo.

No que se refere à categoria Eficácia do ensino, os PPCs propõem que os processos avaliativos sejam realizados de modo coerente com as oportunidades oferecidas pela prática educativa, utilizando estratégias efetivas de acompanhamento e avaliação qualitativa e quantitativa, além de uma sistemática de trabalho paralelo e contínuo de recuperação de aprendizagem. Os processos avaliativos devem estar embasados nos princípios da LDB, tais como:

O processo de Avaliação descrito nos PPCs propõe um processo contínuo, efetivado por meio da observação do desempenho dos alunos nas aulas, bem como na fase da execução da biomecânica do movimento (técnica do esporte), participação nas aulas, provas objetivas e subjetivas, apresentação de seminários por eles realizados, levando-se em conta os objetivos propostos.

Apesar de se colocar a avaliação como contínua, no Plano da disciplina, não se fala em avaliação diagnóstica a fim de identificar as reais necessidades dos alunos no que concerne aos conhecimentos relacionados à Educação Física. Por meio de avaliações diagnósticas, os professores partem do que os alunos já conhecem, buscando diversificar e ampliar os conteúdos de ensino, considerando a coparticipação dos alunos na elaboração do plano de ensino (METZNER *et al.*, 2017).

Nos IFs, as ações desenvolvidas pela Educação Física extrapolam o currículo mínimo e se ampliam para as atividades de extensão, de pesquisa e eventos extracurriculares. Dentre as principais ações desenvolvidas, podemos elencar a participação nos Jogos dos IFs – competição esportiva organizada pelas instituições da rede federal, nas etapas local, regional e nacional; a realização de jogos esportivos de integração – eventos e competições interclasses voltadas para a socialização entre alunos. Os alunos do Campus Princesa Isabel participam regularmente dos eventos promovidos não só pela Rede Federal, como também nos eventos Municipais e Estaduais, recebendo suporte da equipe pedagógica e gestora do campus.

Não existe, atualmente no Campus Princesa Isabel, projeto de Extensão registrado pelos professores de Educação Física, nem Projetos de Pesquisa. Essa lacuna poderia ser preenchida por meio do planejamento de atividades, pois o contato com a comunidade mediante as ações de extensão é um dos pressupostos do Instituto Federal. Os projetos de extensão desenvolvidos são importantes para aproximar a comunidade local dos conhecimentos da cultura de movimento, contribuindo para a formação integral dos alunos que têm a possibilidade de participar enquanto público ou como bolsistas/ monitores das atividades.

A análise dos PPCs demonstra que não foram realizadas alterações ao longo desses dez anos na estruturação didática do componente Educação Física, mantendo-se a Ementa desde a implantação do campus. O documento não é claro acerca de qual embasamento teórico foi adotado para a escolha dos conteúdos, nem estruturação das metodologias de aula e processos avaliativos. Percebe-se um enfoque nos conteúdos que versam sobre a promoção de saúde e esporte e acerca da integração com outras áreas pouco é citado.

Apesar de o PDI e de os PPCs citarem de modo amplo a necessidade dessa integração disciplinar e contextualização com o mundo do trabalho, percebe-se, na descrição dos conteúdos, que, muito pontualmente, existem movimentos no sentido de integração. Os projetos de extensão e pesquisa que também podem ser desenvolvidos com esse objetivo também não são citados na estruturação da disciplina Educação Física, e, em pesquisa ao site do IFPB, não foi encontrado nenhum projeto de pesquisa ou extensão que atualmente relacionasse a área de Educação Física como participante.

A partir de tais constatações, é possível concluir que a concepção de currículo integrado à EPT para o componente Educação Física no IFPB, Campus Princesa Isabel, não está contemplada nos PPCs de curso que descrevem a estruturação didática da disciplina, e tais documentos não atendem aos pressupostos defendidos pelos PDI/PPP da própria instituição que pregam a educação integral, contextualizada ao mundo do trabalho. Percebe-se a incompletude dos documentos como também se deixa claro que o processo de atualização precisa ser revisto, pois, em dez anos, nada foi alterado para a área. O que nos leva a crer que a burocratização imposta a esse processo seja um fator que desmotiva o docente a realizar tais alterações.

O olhar docente acerca da Educação Física no contexto de ensino em EPT

Como forma de atender ao objetivo específico de compreender como os professores que lecionaram a disciplina Educação Física no Campus Princesa Isabel (desde sua implantação em 2010, até o ano de 2020) desenvolvem esse componente curricular em seus contextos de ensino e como desenvolveram sua prática pedagógica no campus em estudo, optou-se pela realização de entrevistas. Dos seis professores que lecionaram durante esses dez anos, conseguimos entrevistar quatro deles. Os demais também foram contactados, mas nunca retornaram nosso contato nem via e-mail nem por telefone.

A estruturação do roteiro da entrevista, assim como a análise documental, está diretamente conectada à investigação das categorias de análise descritas na metodologia e escolhidas para a realização da presente pesquisa.

O primeiro bloco de perguntas centrou-se em identificar os docentes acerca de sua formação, como também experiência profissional. Para fins de organização dos resultados e obe-

diência ética à preservação das suas identidades, vamos nomeá-los como docentes 1, 2, 3 e 4. Os dados iniciais revelam que os docentes são todos licenciados em Educação Física, com pós-graduação na área. Todos já apresentam um tempo razoável lecionando a disciplina e estão no âmbito da Rede Federal há menos de dez anos.

Acerca do objeto de ensino da Educação Física, os docentes foram indagados sobre como compreendem o Ensino Médio integrado, e apresentaram visões diferentes acerca do Ensino Médio Integrado. Os docentes 1 e 2 compreendem como uma possibilidade de profissionalizar o aluno, para que seja capaz de se inserir no mundo de trabalho. Já os docentes 3 e 4 apresentam uma visão mais ampliada, pois compreendem o Ensino Médio Integrado como a possibilidade de aliar conhecimentos de formação geral e profissional, de modo que o foco não seja só a habilitação para o mundo do trabalho, mas também a formação integral do ser humano. Em concordância com o que defende Frigotto (2012) ao afirmar que:

A função social do Ensino Médio integrado a EPT baseia-se na construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade, e conseqüentemente uma democracia e cidadania substantivas, de forma que, ao mesmo tempo, responda aos imperativos das novas bases técnicas da produção, preparando para o trabalho complexo (FRIGOTTO, 2012, p. 73).

A cultura corporal de movimento é colocada pelos professores como objeto de ensino da Educação Física, e percebe-se que os mesmos citam o desenvolvimento de valores e princípios como pontos importantes a serem trabalhados na disciplina, o que remete a uma preocupação em não a colocar apenas no campo do fazer “prático”, por tanto tempo disseminado na prática pedagógica dos docentes da área. Mas entende-se uma preocupação com a formação global do aluno e também com a integração dos conhecimentos com o mundo do trabalho.

Quando questionados sobre a importância dos documentos norteadores (nacionais, institucionais e locais) e suas contribuições para a atuação do professor em sala de aula, os professores relataram que os entendem como documentos importantes, mas que apresentam muitas deficiências teóricas e metodológicas e, por isso, não contemplam todas as demandas da área.

No que corresponde aos documentos norteadores e às demandas da EPT, os professores concordaram que os documentos não são claros e falam superficialmente sobre a integração de saberes e interligação com o mundo do trabalho e, por isso, precisariam ser reformulados.

Acerca da categoria de análise Conteúdos de ensino, os docentes foram perguntados sobre a estruturação das ementas da disciplina em seu atual campus de atuação. O docente 2 afirmou que não a redigiu e que será atualizada na reformulação dos PPCs de curso, mas não citou a data de tal modificação. O docente 3 relatou que segue um modelo unificado proposto para todos os campi do IFRN, onde leciona atualmente, mas não a descreveu. O docente 4 afirmou que foram organizadas sem tomar como referência algum documento curricular, sem lógica interna e contém poucos conteúdos da Educação Física; e o Docente 1 foi o único que pormenorizou a organização.

Os resultados demonstraram o que vem sendo descrito nos últimos anos pelas pesquisas, observando-se que a Educação Física, apesar de ter se constituído por diferentes perspectivas teóricas e bases didático-metodológicas para o trabalho docente, percebe-se que, hegemonicamente, as tendências pedagógicas relacionadas à saúde e ao esporte têm uma predominância na prática educativa dos docentes nos institutos federais (RESENDE, 2009; SAMPAIO, 2010).

Dos quatro professores, apenas o Docente 1 redigiu a ementa da disciplina de que faz uso atualmente, e, para ele, a escrita está satisfatória, os demais professores não redigiram as ementas que utilizam e as consideram passíveis de melhoria, principalmente no que tange à distribuição dos conteúdos por ano de ensino, como também no que concerne à busca de integração com o mundo do trabalho.

Porém, mesmo identificando as deficiências das ementas, os professores disseram trabalhar atualmente a cultura corporal de movimento, buscando realizar integrações dos conteúdos de modo contextualizado ao mundo do trabalho. Percebe-se, por meio da fala dos docentes, uma preocupação maior de explorar os conteúdos da cultura corporal, fugindo do foco esportivista e da promoção de saúde como posto nas ementas analisadas do Campus de Princesa Isabel.

No que se refere à categoria Métodos de Ensino, os professores citaram utilizar-se de aulas expositivas e dialogadas, recursos audiovisuais (vídeos, documentários, filmes), leituras, discussões de textos científicos, pesquisas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, dinâmicas de grupos, elaboração de material, como fanzine, por exemplo, interdisciplinaridade, mostras fotográficas, organização de eventos, utilização de aplicativos para jogos e outras atividades. Uma gama de possibilidades de abordagem para os conteúdos, tentando fugir do modelo tradicional de aula, com vistas a tornar o processo mais envolvente e didático para os alunos. E todos também já criaram materiais didáticos como apostilas e roteiros de estudo, tendo em vista que a disciplina não possui livros didáticos.

Como principais dificuldades elencadas para a realização das aulas, os docentes citaram a falta de estrutura física, pois seus campi de atuação não dispõem de espaço suficiente para a realização de aulas práticas. Os docentes 2 e 4 também relataram a falta de reconhecimento da disciplina pelos demais profissionais: “Falta de reconhecimento dos outros profissionais sobre a importância da EF no objetivo comum a formação do discente” (DOCENTE 2). A fala dos professores reflete um preconceito sofrido pela área dentro de muitas escolas, pois muitos ainda insistem em situar a Educação Física como uma disciplina recreativa ou com fins compensatórios, ou seja, um ambiente para aliviar o estresse do aluno, desconsiderando todo seu potencial pedagógico.

Infelizmente, essa percepção, muitas vezes, provém de outros colegas professores e até da própria gestão das escolas quando relega a Educação Física a uma condição de disciplina menor, como se houvesse uma hierarquia de saberes dentro do contexto escolar. González e Fensterseifer (2010, p. 12) entendem que “[...] a Educação Física, tradicionalmente, pouco tem sido pensada dentro de um projeto educacional pautado pela ideia da leitura do mundo”, ou seja, como um componente indispensável ao currículo escolar, que lida com um saber próprio que também é indispensável para a formação dos estudantes.

Acerca da categoria Eficácia do ensino, os professores relataram avaliar os alunos de modo processual, desde o início do ano letivo até o final, citaram diversificadas formas de aplicar essas avaliações, tais como avaliação escrita, trabalho escrito, seminários, organização de eventos, mostra fotográfica, elaboração de mapas conceituais, portfólio, participação nas aulas teóricas e práticas, utilização de ferramentas tecnológicas como elaboração de um site. E buscam, em rodas de conversa e aplicações de questionários, permitir que os alunos também emitam avaliações acerca da disciplina, se estão encontrando dificuldades, realizando proposições para melhorias das aulas, etc.

Todos os questionamentos anteriores relacionaram-se aos docentes e seus entendimentos acerca da Educação Física e seu processo de ensino no âmbito da Educação Profissional, levando em consideração suas experiências enquanto professores da Rede Federal. A partir de agora, a análise foca-se no contexto do IFPB, Campus Princesa Isabel, onde todos atuaram e puderam contribuir mediante sua prática docente.

Os professores foram perguntados sobre a viabilidade da elaboração de uma proposta de trabalho para a disciplina Educação Física no Campus Princesa Isabel, tendo sido unânimes em concordar, ressaltando que a aceitabilidade por parte dos profissionais estaria condicionada ao não engessamento do modelo, dando liberdade aos docentes de organizar os conteúdos de acordo com as necessidades de cada turma.

Questionados sobre como estruturariam tal proposta, citaram a necessidade de estar em conformidade com os documentos oficiais, como também a necessidade de explorar melhor a integração entre a disciplina e a preparação profissional dos alunos. Também sugeriram um contato com os demais professores da rede para discutir e expandir a ideia para todos os campi, mobilizando, talvez, a construção de um movimento coletivo de organização da Educação Física no âmbito do IFPB como um todo, e não apenas para o Campus Princesa Isabel.

Acerca das principais dificuldades encontradas para desenvolver a disciplina Educação Física no IFPB, Campus Princesa Isabel, os professores relataram a falta de estrutura física, pois o campus não dispõe de ginásio para realização das aulas, que acabam sendo desenvolvidas de modo predominantemente teórico e/ou com muitas adaptações para as práticas, situações que reduzem muito as possibilidades de exploração dos conteúdos por parte dos professores.

Quando questionados se seguiam os PPCs de curso disponibilizados, os quatro professores relataram não seguir integralmente, realizando modificações que julgaram adequadas. De certo modo, isso esclarece um pouco um questionamento surgido na análise dos PPCs no tópico anterior da pesquisa, quando se constatou que os PPCs nunca foram atualizados, e isso demonstra que os professores não o seguiam em sua totalidade, mas não propuseram mudanças durante as atualizações possíveis, ou seja, o documento posto existe, mas não reflete a prática dos docentes, existindo formalmente, mas não sendo utilizado de modo absoluto.

Como possibilidades de contribuição da disciplina para a melhoria da formação dos alunos do IFPB, Campus Princesa Isabel, os professores elencaram a necessidade de tornar a disciplina mais integradora com o mundo do trabalho e com a realidade local dos alunos. Ressaltaram também a importância de uma melhor organização pedagógica por meio da criação de uma Proposta Curricular voltada para atender às necessidades dos alunos, como também garantir que possam vivenciar de modo integral a cultura corporal de movimento.

Torna-se, então, evidente a importância da sistematização curricular para a Educação Física no Ensino Médio Integrado, a qual poderá nortear o trabalho pedagógico cotidiano dos docentes e ampliar a aprendizagem para além daquilo que os estudantes já conhecem (BOSCATTO, 2017). As entrevistas demonstram que os professores que lecionaram em Princesa Isabel apresentam um olhar bem aproximado sobre a Educação Física. Todos elencaram que o objeto de estudo da área é a cultura corporal de movimento e que esta deve ser explorada nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, a fim de formar o aluno de modo integral. Todos demonstraram se esforçar para tornar as aulas mais dinâmicas e diversificadas e ressaltaram a

importância de avaliar a eficácia do ensino de modo processual, não quantificando o aluno apenas por meio de uma nota, mas observando sua evolução ao longo do ano letivo.

No que concerne à atuação no Campus Princesa Isabel, fica claro que, apesar de não terem promovido alterações nos PPCs postos para os cursos, os professores não concordavam integralmente com sua estruturação e o usavam com adaptações, o que sugere que as alterações não foram feitas pelo processo burocrático necessário para promover essas alterações, mas que os professores identificaram as carências, alterando seus planos de trabalho, não se dispondo, porém, a alterar o documento. Suas falas deixam transparecer a preocupação em trabalhar diversificados conteúdos, diferente do que está posto nos PPCs, que enfocam o esporte e a promoção de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do relato dos professores, percebe-se um comprometimento com o propósito da educação integral e a preocupação em desenvolver uma Educação Física que supere os estigmas históricos e culturais atribuídos à área. Percebe-se também a necessidade de desburocratizar os processos para a alteração dos documentos norteadores, como os PPCs, e uma maior necessidade de partilha e reflexão coletiva dos docentes da área, a fim de se organizarem e estruturarem os trabalhos do componente de forma sólida dentro do IFPB.

Percebe-se também que, apesar dos esforços dos docentes, a integração dos conteúdos da cultura corporal com o mundo do trabalho ainda é realizada de modo muito tímido, visto que a formação propedêutica deve ser desenvolvida de forma articulada com a formação profissional, numa perspectiva de integração entre as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Os relatos dos docentes demonstra que são realizadas pequenas conexões entre os conteúdos de formação geral e profissional, mas isso não se realiza de modo constante, pois os próprios professores afirmaram sentir dificuldade em organizar tal integração e apontaram a criação de uma proposta de trabalho curricular que abordasse de forma mais aprofundada esse processo como importante e necessária para nortear o trabalho do docente de Educação Física que atua na EPT.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2011.

BETTI, Irene Conceição Rangel *et al.* O prazer em aulas de Educação Física Escolar: a perspectiva discente. 1991.

BETTI, Mauro. O que a semiótica inspira ao ensino da Educação Física. *Discorpo*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 25-45, 1994.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista mackenzie de Educação Física e esporte*, v. 1, n. 1, 2002.

BOSCATTO, Juliano Daniel *et al.* *Por uma didática comunicativa para a Educação Física escolar*. 2008.

BOSCATTO, Juliano Daniel. Proposta Curricular para a Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina: uma construção colaborativa virtual. 2017.

BOSCATTO, Juliano Daniel; DARIDO, Suraya Cristina. A Educação Física no Ensino Médio integrado a educação profissional e tecnológica: percepções, curriculares. *Pensar a Prática*, v. 20, n. 1, 2017.

BRASIL. Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília* (1971 nov. 3); Sec. 1:8826.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1997.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

BRASIL. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Resolução nº4 CNE, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Base Nacional Comum. 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2 ed revista. Brasília: 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. *Diário Oficial da União*.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2020.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. *Cadernos Cedes*, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRACHT, Valter; CRISOR, Valter Bracht E. Ricardo. A Educação Física no Brasil e na Argentina. *Forward Movement*, 2003.

BRACHT, Valter *et al.* Itinerários da Educação Física na escola: o caso do Colégio Estadual do Espírito Santo. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 11, n. 1, p. 9-21, 2005.

BRACHT, Valter. Dilemas no cotidiano da Educação Física escolar: entre o desinvestimento e a

inovação pedagógica. Salto para o Futuro, v. 21, n. 12, p. 14-20, 2011.

CAPARROZ, Francisco Eduardo; BRACHT, Valter. O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 28, n. 2, p. 21-37, 2007.

CARNEIRO, Kleber Tüxen; DE ASSIS, Eliasaf Rodrigues; BRONZATTO, Maurício. Da necessidade à negação: a percepção da crise epistemológica na Educação Física a partir da compreensão docente. Revista brasileira de ciência e movimento, v. 24, n. 4, p. 129-142, 2016.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. São Paulo: Artmed, p. 159-174, 2010.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Retratos da Escola, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2000.

DARIDO, Suraya Cristina *et al.* A Educação Física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física na escola. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005.

DARIDO, Suraya Cristina *et al.* Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, p. 450-457, 2010.

DELLA FONTE, Sandra Soares. O passado em agonia: da criação de reducionismos ou sobre como matar a historicidade. Educação Física escolar: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, v. 1, p. 169-191, 2001.

DE PALMA, Alexandre. Educação Física, corpo e saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 2, 2001.

FENSTESEIFER, Paulo Evaldo. Função social da escola pública. In. Anna Rosa Fontella Santiago; Iselda Teresinha Sausen Feil; Lúcia Inês Albrandt (org). O curso de pedagogia da UNIJUI 35 anos. Ijuí, Unijuí, v1. 2013.

FIGARO, Roseli. Atividade de comunicação e de trabalho. Trabalho, educação e saúde, v. 6, p. 107-146, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. Ensino Médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, p. 57-82, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* Produção de conhecimentos de Ensino Médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 6, n. 2, p. 65-76, 2014.

- GONZÁLES, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. Cadernos de formação RBCE, v. 1, n. 1, 2009.
- GRAMORELLI, Lilian Cristina. O impacto dos PCN na prática dos professores de Educação Física. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- IFPB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Regulamento Didático dos Cursos Técnicos Subsequentes (Resolução CS/IFPB nº 83, de 21 de outubro de 2011).
- IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Projeto pedagógico do curso técnico em controle ambiental integrado ao Ensino Médio. Princesa Isabel, 2011.
- IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Projeto pedagógico do curso técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio. De 05/07/2011. Princesa Isabel, 2011.
- IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Proposta de Trabalho das Disciplinas nos cursos técnicos de Nível Médio Integrado Regular e na Modalidade EJA. Natal/RN, 2011. Vol. 5
- IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Aprovado pela resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Natal, RN, 2012.
- IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Plano de Desenvolvimento Institucional (2015 - 2019). 2015.
- IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Projeto pedagógico do curso técnico em informática integrado. Princesa Isabel, 2018.
- IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Projeto pedagógico do curso técnico em Meio Ambiente integrado. Princesa Isabel, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática: teoria da instrução e do ensino. 1994
- LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. Trabalho & Educação, v. 21, n. 2, p. 73-91, 2012.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, v. 5, n. 31, 2011.
- MARQUES, Mário Osório. Formação do profissional de educação. Editora Unijuí, 2003.
- MEDINA, João Paulo Subirá. Ação pedagógica da escola pela via da interdisciplinaridade. Motrivivência, n. 4, p. 55-64, 1993.
- MEDINA, João Paulo S. Educação Física cuida do corpo... e" mente". Papyrus Editora, 2018.
- METZNER, Andreia Cristina *et al.* Contribuição da Educação Física para o Ensino Médio: estudo a partir da prática docente de professores de Institutos Federais. Motrivivência, v. 29, n. 52, p. 106-123, 2017.
- MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. O enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. A pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas, v. 2, p. 95-

106, 1999.

MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999.

NAHAS, Markus Vinícius; DE BEM, Maria Fermínia Luchtemberg. Perspectivas e tendências da relação teoria e prática na Educação Física. *Motriz*, v. 3, n. 2, p. 73-79, 1997.

NETO, Vicente Molina. A prática dos professores de Educação Física das escolas públicas de Porto Alegre. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 5, n. 9, p. 31-46, 1998.

NETO, Vicente Molina *et al.* A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a Era do Gelo. *Motrivivência*, v. 29, n. 52, p. 87-105, 2017.

PALMA, Alexandre; ASSIS, Monique. Uso de esteroides anabólico-androgênicos e aceleradores metabólicos entre professores de Educação Física que atuam em academias de ginástica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 27, n. 1, 2008.

PALMA, Alexandre; VILAÇA, Murilo Mariano. O sedentarismo da epidemiologia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 2, 2010.

PALMA, Ângela Pereira Teixeira Victoria; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli; PALMA, José Augusto Victoria. Educação Física e a organização curricular: educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. *SciELO-EDUEL*, 2018.

PARANÁ. Educação profissional na rede pública estadual: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba, 2005.

PARANA, SEED. Diretrizes Curriculares de Educação Física para a educação básica—. 2008.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *Ensino Médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, p. 106-127, 2005.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio integrado. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 116, p. 771-788, 2011.

RANGEL, Irene Conceição Andrade *et al.* O ensino reflexivo como perspectiva metodológica. Darido SC, Rangel ICA, organizadoras. *Educação Física na escola*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 103-121, 2005.

RESENDE, Ana Beatriz Armini Pauli *et al.* Educação Física no Instituto Federal do Espírito Santo-Campus Itapina: percalços e possibilidades ao longo dos anos. 2009.

SAMPAIO, Juarez Silva *et al.* O Componente Curricular Educação Física no Ensino Médio Integrado da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês/BA. 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, Eduardo Marczwski da. A Educação Física no currículo de Escolas Profissionalizantes da Rede Federal: uma disciplina em processo de “mutação”. 2014.

SILVA, Eduardo Marczwski da; FRAGA, Alex Branco. A história da Educação Física na educação profissional: entrada, saída e retorno à Escola Federal de Porto Alegre. *Revista brasileira de Educação Física e esporte*, v. 28, p. 263-272, 2014.

SILVA, Marlon André *et al.* Possibilidades da Educação Física no Ensino Médio técnico. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 22, n. 1, p. 325-336, 2016.

SIMÕES, Eleonora *et al.* Educação Física escolar: um diálogo com sua história, desafios e possibilidades. *Revista Didática Sistêmica*, v. 11, p. 219-233, 2010.

TENÓRIO, Maria Cecília Marinho; TASSITANO, Rafael Miranda; DE CARVALHO LIMA, Marília. Conhecendo o ambiente escolar para as aulas de Educação Física: existe diferença entre as escolas? *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 17, n. 4, p. 307-313, 2012.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Penso Editora, 2015.